Projeto de Lei nº _____/2001.
(Do Sr. MILTON MONTI)

Que torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental das escolas públicas e particulares

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de exame de acuidade visual para todos os alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental em todas as escolas públicas e particulares.

§ 1º Os exames deverão ser realizados no primeiro semestre do ano letivo, por profissional devidamente habilitado de acordo com as normas do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

§ 2º Nas escolas públicas onde não há cobrança de mensalidade, os custos dos exames ficarão por conta do Ministério da Saúde, podendo o mesmo conveniar ou estabelecer parcerias com governos estaduais, o Distrito Federal e os municípios.

§ 3º Nas escolas onde há cobrança de mensalidade, os custos ficarão por conta da entidade mantenedora que poderão ser repassados aos alunos.

§ 4º É facultado ao aluno, realizar o exame com profissional de sua escolha, de forma particular, obrigando-se a apresentá-lo na secretaria da escola até o último dia do encerramento do primeiro semestre.

Artº 2º A Secretaria da escola manterá em arquivo, pelo prazo de dez anos, os registros dos exames realizados.

Artº 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artº 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO:

O baixo rendimento escolar muitas vezes é associado pelos pais como um problema diretamente ligado ao intelecto do aluno.

Queremos mostrar o engano nesse entendimento, pois é notório que o desempenho insatisfatório do aluno, na maioria dos casos, está relacionado a uma patologia de visão que poderá ser facilmente detectada e corrigida com um simples exame feito por um especialista. Infelizmente, a falta de atenção de alguns pais para esse fato, tem colaborado, ainda mais, para que o problema se perdue.

Aos sete anos de idade, de 6 a 7% dos escolares têm problemas visuais que, se não forem corrigidos, dificultará ou impedirá seu desenvolvimento educacional. A maioria dessas crianças, caso não usem óculos, terão dificuldades de acompanhar a classe e acabarão evadindo-se da escola, passando a ser candidatos a viver deslocados na sociedade.

Nossos argumentos, estão baseados no importante projeto olho no olho, com site na internet, e fruto de parceria entre o MEC, FNDE e oftalmologistas coordenados pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia que desenvolvem uma meritória campanha de conscientização da população.

Entendemos que nossa proposta de lei, contribuirá para que muitos casos sejam diagnosticados precocemente impedindo o avanço de problemas futuros.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das sessões em de de 2001.

MILTON MONTI
Deputado Federal